

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 107.133 - AL (2018/0347071-5)

RELATOR : **MINISTRO JORGE MUSSI**
RECORRENTE : MANOEL MESSIAS DA SILVA GOMES (PRESO)
ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS

DECISÃO

1. Trata-se de recurso em *habeas corpus* na qual se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE ALAGOAS, que deixou de reconhecer excesso de prazo na formação da culpa em processo-crime intentado em desfavor de MANOEL MESSIAS DA SILVA GOMES.

2. Conforme informações prestadas pelo Magistrado singular (e-STJ fl. 264-266), após o julgamento do *writ* na origem, a instrução penal foi encerrada, encontrando-se o feito concluso para sentença, circunstância que evidencia a perda do objeto da presente impetração, nos termos do entendimento consolidado no enunciado n. 52 da Súmula do Superior Tribunal de Justiça:

"Encerrada a instrução criminal, fica superada a alegação de constrangimento por excesso de prazo."

3. Ante o exposto, com fundamento no artigo 34, inciso XI, do RISTJ, **julga-se prejudicado** o recurso em *habeas corpus*.

Publique-se.

Após a ciência do Ministério Público Federal, arquivem-se os autos.

Brasília (DF), 19 de fevereiro de 2019.

MINISTRO JORGE MUSSI
Relator